

O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos da economia: marginalismo e materialismo histórico dialético

Letícia Barbosa Pimentel

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral caracterizar o projeto de ciência moderna e seus respectivos critérios de cientificidade para questionar de que forma o método e o ideal científico moderno se fazem presentes na economia – tanto no sentido da apropriação, quanto no sentido da crítica. Permeando todo o trabalho está, portanto, a racionalidade científica moderna – seu processo de construção e seus princípios fundamentais – e a relação desta com a economia. Mais especificamente, busca-se compreender a presença desta racionalidade científica moderna no momento seminal do marginalismo – em especial no pensamento de Jevons, Walras e Marshall –, método que mais aproximou a economia do ideal moderno de ciência. Como contraposição, apresenta-se o método de Marx – o materialismo histórico dialético – como crítica e alternativa a este projeto de ciência da modernidade e, em especial, à maneira de enxergar a economia e o objeto econômico que provêm da apropriação deste ideal.

Palavras-chave: ciência moderna; racionalidade científica moderna; epistemologia; metodologia; Revolução Marginalista; marginalismo; Marx; materialismo histórico; lógica dialética

I – O projeto de ciência moderna e a racionalidade científica moderna

Antes de iniciar o trabalho de definição do projeto de ciência moderna e da racionalidade científica moderna, deve-se ressaltar que, ainda que seja de extrema relevância, o processo histórico e social que engendrou o surgimento da ciência moderna não será explorado neste trabalho. Ainda assim, deve-se mencionar que a compreensão da ciência moderna passa pela compreensão dos momentos sociohistóricos em que sua constituição e desenvolvimento se deram.

Não obstante, cabe pontuar, mesmo que de forma passageira, que o projeto de ciência moderna está intrinsecamente ligado ao surgimento do modo de produção capitalista e derrocada do feudalismo. No processo de transição para a ordem social do capitalismo, a compreensão do mundo como fruto da vontade divina, sobre a qual os seres humanos não possuíam nenhuma influência – típica do feudalismo – passa a ser incongruente com a ideologia individualista e meritocrática da burguesia, que ascendia enquanto classe dominante. Assim, as condições materiais postas pelas transformações sociais urgiam por uma nova forma de enxergar a natureza e a realidade, que fosse ideologicamente condizente com os preceitos da nova classe dominante.

Ademais, neste contexto de início da “atividade” moderna, isto é, aquela que visa o lucro, o crescimento, a produção, a eficácia, etc., a ciência moderna se torna, simultaneamente, possibilidade e necessidade (Japiassu, 1984). Possibilidade, pois novos sistemas de pensamento e atividade – como aqueles quantitativos e experimentais –, se tornavam mais consistentes e necessidade, pois as novas atividades requeriam novos métodos e saberes.

Nas palavras de Japiassu:

Por isso, a sociedade dessa época, não somente preparou, mas engendrou a ciência, quer ofertando-lhe uma nova ontologia, quer aprimorando novos instrumentos e novos critérios metodológicos. A ciência nasce, não apenas enquanto sistema cognitivo, mas encarnando certo projeto social: ela é estruturada, do interior, em vista da ação eficaz, da dominação da natureza. Não se trata mais de contemplar o real e de nele encontrar os traços da sabedoria divina, a expressão de uma ordem absoluta. Trata-se de conseguir e realizar o domínio das forças naturais. (Japiassu, 1984, p.116)

Deve-se agora, caracterizar melhor quais foram os principais critérios metodológicos que o projeto de ciência moderna engendrou. A racionalidade científica moderna consiste numa determinada forma de ver a ciência e o mundo, o que implica na adoção de determinados métodos, valores e práticas científicas.

Segundo Luz (1988), o termo “racionalidade” é utilizado para designar “um modo típico de ordenação do mundo que supõe o enunciado de certos princípios de articulação e um modo específico de produção de saberes” (p.29), contendo, portanto, múltiplos significados: o de ideologia da formação histórico-social do capitalismo; de estrutura do conhecimento moderno; e de estrutura simbólica da sociedade ocidental. Segundo Luz (1988):

[...] a ciência moderna é mais que uma forma de ‘desvendamento’ do mundo. Ela é, sobretudo, uma forma de ordenação do mundo. Trata-se, é verdade, também de decodificações de significados, mas principalmente de atribuição de ordens de sentidos, através da prática sistemática de um conjunto de operações, a ser seguidos na ordem lógica e na prática dos gestos, que constituem o método. (Luz, 1988, p.29)

Esta formulação está em congruência com o pensamento de Ganem (2000), que afirma que o projeto de ciência moderna pode ser descrito como a busca de uma explicação da ordem social que prescindia de fatores divinos e tenha o indivíduo como ponto de partida – tanto no que diz respeito à compreensão do ser humano individual como sendo anterior à sociedade, como na ideia de que é o ser humano o sujeito do conhecimento, capaz de desvendar a realidade sem precisar recorrer às explicações teológicas. Pode-se dizer, portanto, que a tentativa de explicar a emergência e o funcionamento da ordem natural ou social sem recorrer à explicação divina é a grande questão motivadora dos pensadores modernos.

A partir desta visão geral do que seria este projeto de ciência moderna, pode-se explorar suas características fundamentais. Primeiramente, cabe observar que esta ordem a qual a ciência moderna pretende desvendar e explicar é compreendida de maneira mecanicista. O mecanicismo expressa uma visão do mundo enquanto um conjunto de fenômenos funcionalmente relacionados, cujas leis podem ser desvendadas através da razão e da experiência, sendo traduzidas em linguagem matemática (Luz, 1988).

Assim, a realidade e o conhecimento são vistos como uma máquina, cujos elementos interagem segundo relações de causa e efeito, e mais, são passíveis de serem quantificados e mensurados. Sob o ideal mecanicista, o estudo dos fenômenos consiste, fundamentalmente, na identificação de seus elementos últimos e na descoberta de leis – imutáveis e inexoráveis, sendo, portanto, ahistóricas e universais – que os regem. Com isso, abandona-se o questionamento das causas finais – o “por quê” – para se ocupar apenas da forma, das relações

de causalidade eficiente – o "como". O primeiro questionamento passa a ser considerado como sendo da alçada da filosofia (ou da sociologia do conhecimento), ao passo que apenas o segundo seria científico.

Na necessidade de tradução dos fenômenos e do conhecimento apreendido destes em elementos quantitativos e mensuráveis – e portanto, mecânicos – encontra-se outro traço da racionalidade científica moderna, qual seja, a postulação da matemática como linguagem científica por excelência. Esta característica, de inspiração marcadamente cartesiana, se reflete no estabelecimento da quantificação e mensuração dos elementos do conhecimento enquanto critérios científicos preponderantes.

Pode-se dizer que a grande contribuição de Descartes ao ideal científico moderno se assenta na defesa do método analítico e dedutivo, rigorosamente moldado de acordo com os parâmetros da lógica formal e da matemática, como o único meio de se alcançar enunciados de verdade científicos (Bianchi, 1987). Assim, postula-se a matemática como sendo a única forma verdadeira de desvendar e definir enunciados científicos e, mais ainda, enxerga-se a ciência enquanto o conhecimento que pode ser comprovado matematicamente e é formalmente coerente. Galileu foi outro pensador que contribuiu significativamente para esta primazia dada à matemática enquanto método no interior da ciência moderna, podendo-se dizer que “sua revolução consiste no momento em que propõe que a matemática deve definir, no cerne da natureza, os sistemas acessíveis de fenômenos observáveis” (Japiassu, 1984, p.57).

Ademais, a concepção mecanicista de um universo regido por leis imutáveis possibilita a previsão precisa de seus fenômenos e, assim, a manipulação e transformação dos mesmos. Uma vez que a natureza é compreendida enquanto máquina – precisa e exata – basta o desvendamento de seus mecanismos de funcionamento para que seja possível transformá-los e adaptá-los às vontades humanas. Esta ideia de dominação e intervenção na natureza remete a outro sistema metodológico da modernidade: o empirismo baconiano. Bacon afirma a importância do aspecto útil e funcional da ciência, que deve deixar de lado seu viés contemplativo para ter um sentido prático, sendo capaz de intervir na natureza e, com isso, dominá-la. Mais ainda, a primazia dada à experiência pelo empirismo se traduz na busca por solucionar problemas imediatos postos pela realidade, isto é, em uma atitude pragmática em relação ao mundo, que tem como objetivo primordial a utilidade e a finalidade práticas (Luz, 1988). Estes aspectos tiveram grande influência e se encontram profundamente relacionados à racionalidade científica moderna.

Observa-se, portanto, que a racionalidade científica moderna acabou por incorporar elementos de ambos modelos cognitivos – racionalismo e empirismo –, sendo um de seus traços característicos a ligação entre o dedutivismo – os raciocínios lógicos, os enunciados abstratos de verdade, os princípios explicativos – e a ação efetiva – os problemas práticos, os resultados tangíveis, a utilidade, a intervenção na realidade. A razão moderna que busca desvendar a natureza é ao mesmo tempo racionalista – pois busca uma ordem lógica e matemática de relações funcionais entre os fenômenos – e empirista, na medida em que tenta reafirmar seus postulados a partir da observação e comprovação empírica dos fenômenos (Luz, 1988).

Relacionada às características do projeto de ciência moderna já mencionadas está a concepção da natureza engendrada pelo pensamento científico moderno. Como explicitado anteriormente, sob o ideal mecanicista, a pergunta a ser formulada para se desvendar os fenômenos deixa de ser “porque” – isto é, quais são as causas finais dos mesmos - e passa a ser “como” – isto é, de que formas estes ocorrem. Assim, enquanto na visão medieval os elementos da natureza eram vistos como possuindo um finalismo imanente (Bartholo, 1986), um valor intrínseco, na modernidade passa a haver uma separação entre o mundo dos valores – ao qual pertencem os questionamentos acerca das causas formais e finais (o “por quê”) – e o mundo dos fatos – ao qual pertencem os questionamentos acerca das causas materiais ou eficientes (o “como”) (Japiassu, 1984).

Na concepção moderna, portanto, cabe aos indivíduos conferir sentido e finalidade à natureza, através da descoberta de suas leis imanentes. Para tal, é utilizado o método analítico de decomposição dos fenômenos em seus elementos últimos, através da abstração, e a posterior recombinação destes de forma a constituir o universo-máquina, cujas leis podem ser desvendadas pela razão e expressas em linguagem matemática. Assim, a ciência moderna precisou adaptar e adequar seu objeto de conhecimento de forma que este pudesse ser expresso na linguagem matemática-geométrica. A natureza, portanto, foi destituída de todo e qualquer elemento qualitativo, sendo vista apenas segundo seus aspectos quantificáveis e mensuráveis

Esta concepção da natureza como algo que pode ser decodificado e traduzido em leis matemáticas é uma das mais importantes características do ideal de ciência moderna – quantitativo, mecanicista, objetivo, neutro e atemporal –, sendo fruto justamente desta dessacralização e “desvalorização” da natureza. A isto, segue a substituição da dicotomia ser humano/Deus, pela dicotomia ser humano/natureza, ou ainda, sujeito/objeto (Japiassu, 1984). Esta dualidade fundamental entre natureza e ser humano se desdobra em muitas outras dualidades típicas da modernidade – matéria/espírito, qualidade/quantidade, sentidos/razão, organismo/mente – que têm como traço em comum o fato de serem dicotômicas, não admitindo terceiros princípios ou sínteses (Luz, 1988).

De acordo com Luz (1988), a percepção da natureza enquanto objeto externo, independente e objetivamente cognoscível é o que torna possível ao ser humano conhecê-la e modificá-la – de acordo com os critérios da racionalidade científica moderna –, moldando-a segundo a ordem racional. Nas palavras da autora:

A existência objetiva e independente da natureza face ao mundo humano é, desta forma, condição epistemológica e ontológica para que o homem possa conhecê-la e moldá-la, para que coloque sobre o reino da natureza o selo de sua ordem. A ordem da Razão. (Luz, 1988, p.21).

Esta separação natureza/ser humano, portanto, fundamenta e possibilita a compreensão do universo como um sistema mecânico, com leis imutáveis e imanentes, uma vez que se encontram fora da relação com o sujeito. Assim, a natureza é vista como instância externa ao sujeito, na qual este não está implicado e tampouco estabelece relações.

Na visão moderna, portanto, conhecer a natureza, isto é, descobrir sua ordenação racional/maquinal, deixa de significar a mera contemplação de uma ordem divina e eterna, e passa a ser um processo de construção e recriação contínua de sua ordem racional (Luz, 1988). Adequa-se, através desta compartimentalização e

reconstrução, a natureza aos padrões de cientificidade modernos. Assim, o conhecimento da ordem imanente da natureza, operado através da descoberta de seus elementos últimos e das relações entre eles, resulta numa fragmentação da própria natureza enquanto objeto do conhecimento. Esta decomposição da natureza permite ainda a interferência e modificação da mesma, pois a reorganização de seus elementos no plano intelectual – de forma a construir a ordem racional imanente da natureza – se coloca também no campo da práxis. Por isso, é possível dizer que a natureza, em sua significação moderna, torna-se uma força produtiva, a serviço dos indivíduos e do modo de produção capitalista (Luz, 1988)¹.

Ademais, esta visão de uma natureza geométrica expressa um importante traço da racionalidade científica moderna: a noção de que a realidade é uma esfera de realização do pensamento, como se este pudesse existir de maneira separada da prática e dos fenômenos reais – mais ainda, como se houvesse uma relação causal unívoca que vai da teoria à realidade. Desta forma, natureza é alijada de seus elementos qualitativos e contraditórios para ser vista como instância de realização de uma ciência quantitativa e formal. Além disso, da redução da natureza a seus elementos quantitativos e mensuráveis, enxergando-a enquanto máquina que pode ser decomposta e recomposta de acordo com as finalidades práticas a serem atendidas, pode-se depreender outra importante característica da racionalidade científica moderna, qual seja, a primazia do método em relação ao objeto do conhecimento.

A racionalidade científica moderna pode ser vista como uma forma específica de produção de enunciados de verdade, na qual o método se torna mais relevante do que a real validade dos conteúdos (Luz, 1988). Estes últimos são mutáveis e impermanentes, se modificando ao longo do tempo. É justamente esta mutabilidade dos conteúdos que define a racionalidade moderna enquanto racionalidade científica, uma vez que permite a produção permanente de verdades e, portanto, a revolução periódica, dando a impressão de um avanço da razão, que, porém, permanece igual no que diz respeito aos seus princípios de ordenação da realidade – o que pode ser visto pela fixidez do método. Percebe-se, portanto, que o que se faz premente é a adequação dos conteúdos a uma forma previamente determinada, alijando-os de alguns de seus elementos essenciais para que sejam encaixados no formato adequado à racionalidade científica moderna e, portanto, ao modo de produção capitalista.

Mais ainda, a racionalidade científica moderna também tem como consequência a subordinação de outras formas de enunciar verdades – as artes, a moral, a filosofia, a religião – à razão científica (Luz, 1988). Isto porque os resultados da ciência moderna passam a ser vistos como possuindo validade universal, tanto no que diz respeito às áreas do conhecimento, quanto no que concerne às épocas históricas. Sobre este último aspecto,

¹ Aqui cabe ressaltar que o controle humano sobre a natureza através de meios mecânicos não é algo que surge com a modernidade. O que se coloca como específico e verdadeiramente novo na modernidade é a “elevação deste campo de controle a um nível até então desconhecido e na construção de um processo cognitivo e normativo que vai fundir epistemologia e tecnologia, racionalismo cartesiano e pragmatismo baconiano” (Bartholo, 1986, p. 76).

² Deve-se ressaltar que, ainda que a concepção mecanicista do mundo já não seja a visão dominante no próprio campo que a engendrou – a física –, tendo sido superada pela física quântica e pela teoria da relatividade, a metodologia baseada nesta visão permaneceu – e ainda permanece – vigente em muitas disciplinas, incluindo as do campo social e

pode-se observar a expressão, na racionalidade científica moderna, de uma perspectiva natural e ahistórica do conhecimento, que passa a ser visto como transcendente à história e às determinações sociais (Bartholo, 1986).

Finalmente, cabe explicitar uma mudança central engendrada na modernidade, qual seja, o estabelecimento do individualismo – fundamento da ideologia liberal e uma das bases metodológicas da ciência moderna. Na modernidade, se coloca a centralidade do sujeito para o conhecimento, que se torna um ente capaz de entender e desvendar os fenômenos, dominando-os, modificando-os e colocando-os a serviço de si. Esta concepção do indivíduo moderno é subjacente à racionalidade científica moderna, na medida em que essa tem como característica fundamental a crença na capacidade do ser humano de conhecer e modificar seu meio. Mais ainda, também é reflexo da centralidade do sujeito para a ciência moderna, tanto como ponto de partida do conhecimento, quanto no que diz respeito à finalidade do mesmo.

A centralidade do sujeito para o conhecimento expressa-se exemplarmente no individualismo metodológico – isto é, na concepção de que o indivíduo é anterior à sociedade – fundamento essencial de grande parte das teorias sociais engendradas na modernidade – dos contratualistas ao marginalismo, passando por Adam Smith. Sob este ponto de vista, parte-se do indivíduo isolado para estudar a sociedade, compreendendo esta última enquanto uma mera soma de indivíduos autônomos e compreendendo o próprio indivíduo como sendo uma instância representativa de toda sociedade.

Aqui cabe ressaltar que a racionalidade científica moderna, expressa no modelo mecanicista de explicação da realidade e formulação de teorias, se tornou predominante não somente no âmbito das ciências naturais e exatas, mas se constituiu enquanto o modelo científico a ser seguido por todas as áreas do conhecimento. As teorias sociais e humanas, principalmente a partir do século XVII, passaram a espelhar-se no modelo de ciência proveniente das ciências exatas e da natureza², apropriando-se de seu método como forma de produzir um conhecimento compatível com os critérios estabelecidos pela racionalidade científica moderna. Esta apropriação, por sua vez, baseava-se na suposição de que as leis da razão, por serem universais, são aplicáveis não somente à natureza, mas também ao ser humano e suas relações sociais. Mais ainda, tinham também como base a noção de que o conhecimento científico – ou seja, aquele válido e verdadeiro – seria apenas aquele que seguisse os critérios estabelecidos pelo ideal de ciência moderno.

Ademais, a isto se associa o fato de que a racionalidade científica, enquanto forma de apreender e ordenar o mundo – isto é, compreendida como modo de produção de verdades – tornou-se um elemento constitutivo da ordem econômica, social e política da sociedade moderna (Luz, 1988). Neste contexto, o método da racionalidade científica moderna teve grande influência sobre os filósofos sociais – morais e políticos – dos séculos XVII, XVIII e XIX. No âmbito da economia, pode-se dizer que a apropriação do ideal de ciência moderna ocorreu de maneira mais completa e profunda na Revolução Marginalista de fins do século XVIII. O

² Deve-se ressaltar que, ainda que a concepção mecanicista do mundo já não seja a visão dominante no próprio campo que a engendrou – a física –, tendo sido superada pela física quântica e pela teoria da relatividade, a metodologia baseada nesta visão permaneceu – e ainda permanece – vigente em muitas disciplinas, incluindo as do campo social e humano (Luz, 1988; Bartholo, 1986).

momento seminal do marginalismo, expresso nas obras de Jevons, Walras e Marshall, e a relação deste método com o projeto de ciência moderna e seus critérios de cientificidade será objeto da próxima seção.

II – Revolução Marginal e racionalidade científica moderna

A racionalidade científica moderna já estava presente de inúmeras maneiras nas obras dos autores da economia política clássica. No entanto, ainda que os autores clássicos tivessem no ideal de ciência moderna uma grande influência, sua abordagem possuía elementos que divergiam do modelo da racionalidade científica moderna. Espelhando-se nos métodos das ciências exatas, os teóricos da Revolução Marginalista acabaram por iniciar a construção da economia enquanto uma ciência positiva (Ganem, 2003). Assim, deixam de lado toda e qualquer determinação histórica ou institucional, bem como a tentativa de investigar a essência dos fenômenos, para construir uma ciência que em tudo busca se equiparar à física e à matemática.

No entanto, ao mesmo tempo em que rompem com a teoria clássica na medida em que mudam a ênfase do campo da produção para o âmbito das trocas e do mercado, os marginalistas³ dão continuidade ao projeto smithiano de afirmar o mercado enquanto mecanismo fundador e regulador da ordem social por excelência, em que pese a forma de postular a teoria geral do mercado tenha diferenças profundas entre uma abordagem e outra. Isto porque, enquanto para Smith o mercado seria um operador social, para os marginalistas, se resume a um mecanismo de equalização entre oferta e demanda. Não obstante, observa-se nos neoclássicos – tanto quanto nos clássicos – uma tentativa de fornecer uma explicação sistemática ao fenômeno econômico através de leis e relações funcionais, tão característica da modernidade.

Um primeiro aspecto a ser destacado na Revolução Marginal é a mudança da determinação dos preços, que passam a ser definidos na esfera da circulação através das preferências individuais dos consumidores. Para tal, foi decisivo o instrumental do cálculo marginal, permitindo a formulação de uma teoria subjetiva do valor baseada na utilidade, fundamento teórico basal dos marginalistas (Deane, 1980). Isto porque a postulação da utilidade como uma variável passível de quantificação tornou possível uma teoria do valor de troca nela baseada.

Jevons afirma que todas as variáveis relevantes para a economia são passíveis de quantificação e mensuração (Valentin, 2003). Conclui, então, que justamente por tratar de variáveis quantificáveis, a economia deveria ser concebida como uma ciência matemática (Prado, 2009). Observa-se aí a tentativa de adequação da economia à racionalidade científica moderna baseada nas ciências físicas e naturais, fato ressaltado pelo próprio Jevons:

“a teoria exposta aqui deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual (...). Seu método é tão seguro e concludente quanto aquele da Cinemática ou da Estatística” (apud Valentin, 2003, p. 145).

Percebe-se, portanto, uma dicotomia entre qualidade e quantidade, estando subjacente à escolha de investigar os fenômenos de maneira quantitativa a ideia de que não é possível conciliar estes dois aspectos.

³ O termo “marginalista” será utilizado como sinônimo de “neoclássico”, embora se saiba que este último foi cunhado por Veblen, vinte anos após o momento que marca a chamada “revolução marginalista”.

Ademais, é um reflexo claro do ideal quantitativista da ciência moderna. O aspecto quantitativo é tido como mais científico, uma vez que, desta forma, se torna possível a aplicação do método matemático para a investigação e explicação dos fenômenos.

Como resultado desta visão quantitativista e matemática da ciência econômica – em adição à noção da realidade e do conhecimento como estáticos e exteriores ao sujeito –, tem-se a possibilidade de extrair da observação dos fenômenos leis imutáveis e inexoráveis, que se conectam no interior de um sistema mecanicista e racional. Esta é mais uma das expressões da tentativa de realizar o ideal moderno de ciência, espelhando o método das ciências sociais nos métodos físico-matemáticos, ainda que isto implique na perda de aspectos relevantes dos fenômenos estudados. Nota-se, portanto, uma primazia do método em relação ao objeto.

Mais ainda, a redução dos fenômenos aos seus aspectos quantitativos é expressão da razão positiva empregada pelos marginalistas. Esta razão reduz a ciência ao método matemático (ou positivista) e estabelece que a verdade só pode ser estabelecida através da adoção dos critérios objetivos positivistas de cientificidade (Ganem, 2003). Assim, a teoria neoclássica que surge com a revolução marginalista promove um discurso no qual o positivamente dado se conecta intrinsecamente com a formalização lógica. Com isso, torna-se impossível a compreensão dos fenômenos para além de sua aparência, bem como a consideração de seus aspectos qualitativos (Ganem, 2003).

Ademais, a determinação dos preços através da utilidade conferida pelos indivíduos às mercadorias e a compreensão da troca enquanto um processo resultante apenas das preferências individuais – supondo-se um ambiente de livre mercado e concorrência perfeita – permite afirmar que a teoria neoclássica parte de um ponto de vista puramente individualista (Prado, 2009). Isto porque os agentes econômicos envolvidos na troca e suas escolhas racionais se tornam os únicos fatores relevantes a serem considerados na análise da troca de mercadorias e do valor das mesmas.

Nota-se, então, que os teóricos marginalistas têm, assim como muitos outros pensadores modernos, o individualismo metodológico como elemento fundante de sua teoria. O que muda, porém, é a noção de indivíduo, cujas ações se tornam cada vez mais independentes e autônomas em relação ao social, e cujo processo cognitivo passa a ser concebido cada vez mais enquanto cálculo matemático. A mudança em direção a uma definição do valor baseada no indivíduo, sem que seja relevante a referência aos fatores sociais e institucionais, torna mais acentuado o princípio individualista e atomístico da modernidade. O pressuposto de que as ações individuais independem de qualquer referência ao outro ou ao social se reflete no postulado neoclássico de que os agentes, ainda que submetidos à ordem mecânica do mercado, são donos de suas preferências (Prado, 1994).

Assim, na teoria neoclássica radicaliza-se a noção de que o indivíduo é o centro explicativo da ordem social, sendo concebido enquanto microcosmo da sociedade. Desta forma, o todo aparece tão somente como a soma das partes e supõe-se ser possível analisá-lo apenas através de seu elemento atomístico – o indivíduo. Mais ainda, a própria noção de indivíduo sofre um reducionismo, na medida em que o agente econômico passa

a ser aquele que calcula suas ações de forma a maximizar sua utilidade, orientando-se por princípios matemáticos que excluem os condicionantes políticos, sociais e morais. A avaliação dos indivíduos acerca da utilidade, por sua vez, é concebida como o resultado de um cálculo racional internalizado em todos os indivíduos.

Constitui-se, então, o que se denominou o “homem econômico racional” – conceito formulado inicialmente por John Stuart Mill –, guiado pelo princípio único da satisfação pessoal através do cálculo maximizador racional. Esta concepção do agente econômico como o “homem econômico racional”, por sua vez, toma os dados da realidade como sendo externos e indiferentes à ação humana, o que faz com que sejam relegados à esfera do natural (Prado, 1994). Aqui cabe destacar que esta visão de que as variáveis econômicas não expressam e nem são influenciadas pelas relações sociais ou mesmo pelos indivíduos isoladamente traduz de forma inequívoca a separação sujeito-objeto típica da modernidade, em que a realidade é entendida como algo fora do sujeito, da qual este não participa ativamente, e nem está implicado.

Ademais, esta noção dos fenômenos econômicos enquanto naturais, isto é, como sendo ahistóricos, se forma em decorrência da compreensão do objeto do conhecimento apenas através do movimento de abstração – isto é, de separação do fenômeno do todo para investiga-lo, sem reintegrá-lo posteriormente. Isto porque, ao serem isolados do todo, os fenômenos deixam de possuir uma especificidade histórica concreta para se tornarem eternos, de uma natureza intrínseca e, portanto, perfeitamente racionais. Por serem ahistóricas, então, as leis descobertas sob o arcabouço teórico neoclássico possuem, portanto, a pretensão da imutabilidade e da inexorabilidade (Ganem, 2003). Como corolário, a previsão e, portanto, a intervenção na realidade se tornam possíveis, permitindo a dominação da natureza pelo homem – outro traço fundamental do ideal de ciência moderna.

Em decorrência desta mudança metodológica ocorrida na Revolução Marginal no que diz respeito à maneira em que se define o valor e à incorporação do cálculo marginal como instrumento essencial à análise econômica se dá uma mudança no escopo da economia, cujas principais questões passam a ser a determinação dos preços de bens e fatores num sistema de mercado e as condições de maximização da utilidade dos consumidores (Deane, 1980). Desta forma, o ponto focal da teoria econômica deixa de ser a produção e o valor – indagações que envolviam complexidades relacionadas a questões filosóficas, sociais e políticas – para se concentrar no mercado e nos preços (valores de troca) – tarefa passível de ser empreendida de maneira técnica e matemática (Deane, 1980). Esta ênfase da análise econômica nos fenômenos imediatos do sistema econômico – a troca e a circulação – reflete o viés positivo da teoria neoclássica, uma vez que não há uma tentativa de investigar para além das aparências, seja no sentido de estabelecer uma relação entre a circulação de mercadorias e a produção das mesmas ou entre o valor de troca (preço) e valor – sendo considerações sobre este último praticamente excluídas da esfera teórica econômica.

Com isso, as categorias passam a ser vistas como puramente econômicas, isto é, como se dependessem exclusivamente da situação econômica existente e do problema econômico em si (Dobb, 1975). Desta forma,

as determinações sociais e institucionais das variáveis econômicas deixam de possuir qualquer papel dentro da forma de observar o sistema econômico da teoria neoclássica, que pretende a neutralidade científica, política e ética como forma de alcançar o status de ciência exata.

Assim, a economia se declara autônoma em relação às outras esferas do saber, limitando suas fronteiras, bem como seu alcance explicativo. Esta restrição e limitação do campo econômico teve como um de seus determinantes fundamentais a orientação ideológica a que o marginalismo servia: a reafirmação de uma teoria individualista e liberal, que endossasse as políticas do *laissez faire* e a reprodução das relações sociais capitalistas. Neste sentido, uma teoria que centra-se na noção supostamente científica de equilíbrio no mercado através da alocação racional dos recursos tornou-se um meio bastante eficaz de manutenção do status quo. Isto porque, desta forma, a distribuição desigual de renda e todos os demais problemas resultantes da política de livre mercado e de não intervencionismo estatal passaram a ser justificados através de argumentos supostamente apolíticos e neutros (Deane, 1980).

Este viés ideológico, porém, não era em nada explícito. Pelo contrário, os teóricos marginalistas, em suas tentativas de aproximar a economia das ciências exatas, reivindicavam a qualidade de uma ciência neutra e isenta de julgamentos éticos (Deane, 1980). Esta pretensão pode ser observada na tentativa de constituir uma ciência econômica pura empreendida por Walras em sua Teoria do Equilíbrio Geral (TEG). Walras, em sua obra “Elementos de Economia Política Pura”, de 1874, formula a TEG, que constituiu, mais tarde, através dos neo-walrasianos, o núcleo duro da teoria neoclássica (Ganem, 1996). Esta teoria é o cerne do que Walras denominou de economia política pura, isto é, aquela que se preocupa em estudar o fato da troca e do valor de troca – tidos pelo autor como fatos naturais – através do método matemático, isto é, de uma concepção racionalista e axiomática da ciência econômica (Walras, 1983).

Para Walras, a ciência econômica teria como fundamento o estudo das trocas dentro do mercado, que levariam ao equilíbrio, comprovando a harmonização – assim como em Smith – dos interesses particulares com o bem estar social. Por isso, pode-se dizer que a TEG é uma nova forma de expressão do projeto ortodoxo de “demonstrar a superioridade do mercado como elemento regulador da economia e constituinte da ordem” (Ganem, 1996, p. 105). Mais ainda, a TEG se constitui enquanto uma demonstração lógico-matemática da ordem social do mercado, em que, partindo de hipóteses fortes, abstratas e ideais acerca do comportamento individual e das condições, o equilíbrio é atingido (Ganem, 1996). Tem-se como pressuposto, portanto, que ao objeto do conhecimento subjaz uma ordem intrínseca – característica marcante da racionalidade científica moderna – que é capaz de ser desvendada, segundo Walras, através do uso da razão pura.

Ademais, ao se basear em pressupostos abstratos, axiomáticos e ideais na busca por uma teoria econômica pura, objetiva, neutra e, portanto, mais adequada aos critérios da racionalidade científica moderna, Walras confere primazia à coerência lógica, à clareza analítica e à pureza matemática em detrimento dos conteúdos (Ganem, 1996). Este é um dos traços fundantes da lógica formal – subjacente à racionalidade científica moderna –, para a qual verificação da coerência interna de um raciocínio é mais importante do que o objeto que

pretende-se analisar (Lefebvre, 1991). Com isso, abandona-se toda a complexidade e contradição do objeto econômico, fundado em relações sociais e não em axiomas matemáticos.

Em Walras, a apreensão dos fenômenos é obtida através da abstração – isto é, do processo de separação e isolamento de um fenômeno do todo em que este se encontra inserido – através da qual se estabelecem relações rigorosas, leia-se matemáticas, que, por isso, podem ser transformadas em leis universais e inexoráveis. Neste processo revelam-se alguns fundamentos essenciais da racionalidade científica moderna.

O primeiro a ser mencionado é o mecanicismo, expresso na tentativa de estabelecer relações rigorosas formais entre os fenômenos, seguindo o modelo das ciências físicas. Por permanecerem isolados e idealizados no movimento de abstração, os fenômenos são considerados estáticos e a conexão entre eles se dá seguindo uma lógica funcional de causa e efeito. Não se admite, portanto, contradições no interior dos fenômenos – na verdade, de seus tipos ideais abstraídos – tampouco na relação entre eles. Além disso, a separação dos fenômenos do todo em que se inserem implica em um tratamento dos mesmos que é ahistórico, ideal e com atributos inexoráveis. Há, neste movimento, uma naturalização da ordem capitalista, compreendida não como fenômeno sociohistórico, mas sim enquanto algo natural, exato e imanente à sociedade. Desta forma, perdem-se todas as determinações sociais, institucionais, éticas e políticas dos fenômenos, pretendendo assim que o conhecimento destes seja neutro cientificamente.

Esta autonomia da economia pura em relação às condições sociais, históricas, políticas e morais também se reflete na concepção de Walras de que a ciência pura tem como objeto de estudo os fatos naturais. Justamente por estes serem forças “cegas e fatais”, cabe à ciência apenas observar, expor e explicar, não havendo nenhuma pretensão prescritiva (Walras, 1983). Observa-se, mais uma vez, a noção característica da racionalidade científica moderna, segundo a qual a natureza seria externa e independente em relação aos indivíduos e à prática humana. Incorre-se, assim na dualidade sujeito/objeto típica da modernidade. Mais ainda, a determinação do escopo da dita economia pura através do estudo dos fenômenos que se adequam aos critérios científicos estabelecidos expressa a primazia do método em relação ao objeto típica da ciência moderna.

A ciência econômica pura, então, trataria da troca e o valor de troca, pois, segundo Walras, o enunciado de que determinada mercadoria equivale à determinada quantia de dinheiro “não resulta nem da vontade do vendedor, nem da vontade do comprador, nem de um acordo entre os dois” (Walras, 1983, p. 22), mas tão somente de suas circunstâncias naturais, quais sejam sua utilidade e quantidade limitada⁴. Abordando o valor de troca e a troca como fatos naturais, Walras aprofunda a cisão sujeito/objeto, uma vez que postula estes dois fenômenos, seu caráter e suas leis, como sendo externos em relação ao sujeito. Segundo Walras, justamente por

⁴ Walras (1983) ressalva que isto não significa que os indivíduos não possam influenciar os preços das mercadorias. É possível modificar as condições em que o valor se constitui, bem como criar empecilhos para que o preço reflita de fato o valor da mercadoria. No entanto, não é possível mudar o caráter e as leis do valor, estando estes fora do alcance da ação humana.

isso – e também pelo fato de que o valor de troca é uma grandeza mensurável – é possível apreender o valor de troca através do método matemático, esterilizando-o em leis fixas e imutáveis.

Mais ainda, novamente se expressa a tentativa de independentizar a economia de suas determinações sociais, políticas e históricas. O fato, por exemplo, de que a troca subjazem relações de propriedades que são determinantes para este processo é completamente ignorado por esta abordagem, que se pretende neutra e exata. Assim, observa-se também a naturalização dos fenômenos, que deixam de ser compreendidos dentro de seus determinantes históricos e sociais, isto é, dentro do contexto da sociedade capitalista.

Deve-se ressaltar que, ainda que descarte a referência à experiência como forma de comprovar suas teorias, Walras (1983) afirma que o retorno à realidade deve ser feito no sentido de aplicá-las. Ainda que não sejam comprováveis, devido ao seu grau de abstração e idealização, os conceitos provenientes da análise matemática dos objetos do conhecimento podem originar aplicações bastante fecundas e úteis, fornecendo soluções para problemas práticos. Sendo assim, deve-se atentar para o fato de que, mesmo no âmbito de uma construção teórica racionalista, está presente na TEG o ideal pragmático de interferência e transformação da realidade através da ciência, outro traço marcante da racionalidade científica moderna.

A face empirista da Revolução Marginalista, por sua vez, pode ser apresentada através da teoria de Marshall. Este autor privilegiou os fenômenos empíricos das teses marginalistas em detrimento da formalização matemática, alcançando um público muito maior com a sua obra, que acabou se tornando um dos grandes instrumentos de divulgação do marginalismo. Mais ainda, através da teoria do equilíbrio parcial, Marshall aproximou o neoclassicismo e o marginalismo da realidade.

Marshall é considerado um dos fundadores do paradigma neoclássico, deixando de lado tanto a filosofia hedonista de Jevons quanto a excessiva formalização matemática de Walras para se concentrar na determinação dos preços de equilíbrio através da interseção entre oferta e demanda (Deane, 1980). O sucesso obtido por Marshall na construção de uma nova ortodoxia, erigida em torno do marginalismo, pode ser relegado, em grande parte, à sua abordagem menos matematizada e mais próxima do real, características que se expressam na teoria do equilíbrio parcial.

Apesar de suas diferenças em relação à Walras e sua TEG, e por mais que Marshall faça ressalvas e ponderações ao longo de sua exposição, as conclusões a que chega em última instância são extremamente próximas às do pensador francês, tanto em relação à fundamentação metodológica do marginalismo, quanto no que concerne à concepção de ciência e do objeto econômico. Por suposto, os dois partilham do mesmo paradigma.

Não obstante, Marshall introduz algumas questões divergentes da TEG que devem ser apontadas, posto que representam uma aproximação da teoria neoclássica com a face empirista da racionalidade científica moderna. Enquanto Walras afirma a ciência pura como aquela que segue os princípios do racionalismo, baseado no apriorismo e na dedução, não podendo nunca ser experimental, Marshall afirma que

[...] todos os recursos para a descoberta das relações de causa e efeito, expostos em tratados sobre método científico têm de ser utilizados oportunamente pelo economista. Não há método de investigação que possa ser propriamente denominado o método da Economia. Mas, todos os métodos lhe podem ser úteis no devido tempo, tanto isolados como em combinação uns com os outros. (Marshall, 1982, p. 43)

Assim, tanto a indução quanto a dedução devem ser utilizadas para a construção teórica econômica⁵. Marshall reconhece a importância da dedução em sua afirmação de que os fatos só são úteis se interpretados pela razão, mas postula que a solidez científica da economia provém do fato de que seus objetos de estudo são fenômenos passíveis de observação e mensuração, o que torna possível a solução de controvérsias a partir da simples confrontação com os dados (Marshall, 1982).

Mais ainda, segundo Marshall, os enunciados científicos só se tornam leis depois de serem postos à prova de diversas maneiras e por diversas vezes, além de terem obtido êxito preditivo:

[...] depois de postos à prova por muitas observações independentes e especialmente depois de terem sido aplicados com êxito na previsão de acontecimentos iminentes, ou do resultado de novas experiências, ganham foro de leis. (Marshall, 1982, p. 44).

Novamente, a comprovação empírica é posta como um significativo critério de cientificidade, justamente aquele que autoriza um enunciado a se tornar lei. Assim, este importante componente da racionalidade científica moderna – a fundamentação nos fatos e a comprovação empírica – é introduzido na teoria que surge da revolução marginalista. Mais ainda, por mais que em Walras estivesse presente a relevância da aplicação empírica da teoria – mas não da comprovação –, em Marshall este fato se torna mais premente. Isto porque, enquanto o modelo de equilíbrio geral walrasiano é de difícil aplicação na realidade, devido à complexidade de suas interdependências, o modelo de equilíbrio parcial marshalliano possui uma operacionalidade relativamente mais simples, possibilitando sua aplicação efetiva.

Portanto, ainda que a TEG de Walras constitua o núcleo duro da teoria neoclássica, a teoria do equilíbrio parcial de Marshall ocupa um lugar estratégico no edifício teórico construído a partir da revolução marginalista. Assim, por mais que tenha importância secundária em relação ao modelo de equilíbrio geral, que segue sendo a referência teórica neoclássica, o modelo de equilíbrio parcial restabelece dentro desta, algumas propriedades fundantes da racionalidade científica moderna, notadamente aquelas concernentes ao empirismo⁶.

Conclui-se assim, a identificação do marginalismo e da teoria neoclássica com os princípios norteadores do projeto de ciência moderna, o que acabou por resultar em uma visão da economia enquanto ciência exata, neutra, ahistórica e objetiva, sendo baseada em princípios matemáticos e naturais. Esta concepção do conhecimento e do objeto econômico, porém, não era o único caminho possível. Como alternativa a esta forma

⁵ Sobre esta questão, Marshall cita Schmoller: “A indução e a dedução se fazem tão necessárias para o pensamento científico, como os pés direito e esquerdo são necessários para a marcha” (Schmoller apud Marshall, 1982, p. 43).

⁶ Aqui cabe apresentar a observação feita por Ganem (1996) de que a tentativa de introduzir imperfeições ao ideal da teoria do equilíbrio geral de forma a aproximá-la da realidade acaba por levar à impossibilidade de manter seus pressupostos ou resultados essenciais. Assim, a ideia de que seria possível alcançar uma teoria mais realista através da subtração ou adição de hipóteses dentro de um quadro teórico axiomático é ilusória. Isto, porém, não impediu que o modelo de equilíbrio parcial fosse amplamente utilizado na divulgação da teoria neoclássica, sendo especialmente presente nos livros-texto de economia.

de apreensão da realidade e construção do conhecimento será apresentado, na próxima seção, o materialismo histórico dialético de Marx.

III – Marx e o materialismo histórico dialético: outro caminho possível

No mesmo século em que se deu a Revolução Marginalista, outro pensador, também crítico à economia política clássica, pretendeu formular uma nova abordagem à economia política. Este pensador era Karl Marx, autor cujo método – o materialismo histórico dialético – será abordado enquanto um caminho alternativo àquele trilhado pelos que seguiram o modelo de racionalidade científica moderna.

Deve-se ressaltar que, ainda que seja crítico aos principais alicerces do modelo de ciência predominante na modernidade, a teoria de Marx contém alguns traços característicos da mesma. O primeiro deles é o fato de que Marx se propõe a dar uma explicação sistêmica e geral para a sociedade capitalista. Mais ainda, esta explicação tem a pretensão marcadamente moderna de compreender a ordem social sem que seja necessário recorrer a fatores divinos. No entanto, diferentemente da racionalidade científica moderna, sua teoria tem como base a lógica dialética e a filosofia materialista – o que significa que difere essencialmente das explicações dominantes, baseadas na lógica formal e em filosofias metafísicas/idealistas –, implicando que as determinações e categorias a que a teoria marxiana chega são abertas, dinâmicas e históricas. Assim, está implícita a noção moderna de que é possível explicar e analisar a realidade como um todo, alcançando a verdade em alguma instância. Esta verdade, porém, não é vista de maneira acabada e fechada, mas sim enquanto algo mutável e aberto.

O outro traço que permite inserir Marx na esfera da modernidade é o fato de que o pensador propõe um projeto de transformação da sociedade, estando subjacente a isto a noção da racionalidade científica moderna de que é possível interferir na realidade, modificando-a. No entanto, à diferença do que se apresenta na racionalidade científica moderna, Marx pensava esta mudança como fruto das condições materiais, que então se refletiam nas ideias – e não o contrário, ideias que dariam origem a uma mudança. Mais ainda, esta mudança seria fruto de um processo histórico e social, e não da ação individual de sujeitos autônomos.

Um primeiro ponto de divergência a ser explorado entre o método marxiano e a racionalidade científica moderna expressa no marginalismo é a filosofia materialista de Marx, que baseia a abordagem teórico-metodológica deste autor e tem como cerne a ideia de que há uma primazia das condições materiais em relação à consciência, sendo a primeira, em última instância, o que determina a última⁷. Desta concepção filosófica, Marx retira a noção de que a compreensão da forma como os indivíduos produzem e reproduzem sua vida material é um dado necessário para compreender a sociedade como um todo. Mais ainda, o pensador afirma a

⁷ Como será visto mais adiante, esta determinação não se dá de maneira unívoca e linear, mas sim – respeitando os princípios da lógica dialética – de maneira recíproca, supondo a implicação mútua destas duas instâncias. Assim, Marx não opera com os dualismos consciência/realidade, matéria/espírito, indivíduo/sociedade, sujeito/objeto típicos da racionalidade científica moderna.

necessidade de compreender a materialidade dentro de suas especificidades sociohistóricas, o que resulta numa acepção dinâmica e mutável da realidade e do pensamento.

Contrariamente à visão, presente na acepção mecanicista e matemática do objeto econômico dos marginalistas, de que a realidade é uma instância de realização do pensamento, Marx afirma que o ponto de partida e chegada do pensamento deve ser a realidade material, que, por sua vez, existe antes e independentemente da consciência (Germer, 2003). Em oposição à primazia concedida ao método em relação ao objeto pela racionalidade científica moderna, para Marx o conhecimento de um objeto não consiste em aplicar ao mesmo um sistema de categorias pré-estabelecido, mas sim extrair deste objeto a estrutura e dinâmica que lhe são próprias. Trata-se de dar primazia ao objeto, ao conteúdo, deixando-o “comandar” os procedimentos metodológicos. Ao fazer isso, Marx inclui as diferentes instâncias do objeto econômico em sua análise.

Deve-se fazer uma observação importante que decorre desta primazia do objeto, da materialidade, em relação ao método. O fato de que a reprodução ideal do objeto, o conhecimento deste, depende das condições materiais do mesmo faz com que a teoria proposta por Marx seja, fundamentalmente, uma teoria aberta (Netto, 2011). Isto porque a materialidade do objeto econômico é concebida como estando em constante transformação, uma vez que, com o desenrolar do processo histórico, novos fenômenos surgem na dinâmica do capital. Assim, a apreensão da realidade deve também se deixar modificar por estas novas materialidades, sendo necessário constantemente voltar à realidade para pensar a teoria, utilizando-se do método materialista histórico para analisar criticamente os novos fenômenos postos, buscando desvendar suas dinâmicas e estruturas (Netto, 2011). Há, portanto, um eterno retorno do conhecimento à prática, que serve para balizar e criticar o primeiro.

Aqui cabe uma importante ressalva, qual seja, a de que o materialismo proposto por Marx não está centrado na materialidade físico-natural das substâncias, mas sim na materialidade das relações sociais (Kohan, 2003). Por isso, a importância e primazia em relação à lógica dada por Marx à história – e daí, portanto, a denominação de seu método como “materialismo histórico”. Nota-se, então, mais uma contraposição à concepção moderna de ciência segundo a qual o conhecimento seria ahistórico e neutro. Marx, pelo contrário, afirma a importância da determinação sociohistórica na construção das categorias do pensamento, que está sempre circunscrito em determinada materialidade. À esta noção está subjacente, novamente, o reconhecimento do movimento histórico e da constante transformação da realidade.

Mais uma vez, percebe-se um grande contraste com a racionalidade científica moderna, que, ao naturalizar os aspectos historicamente determinados da realidade, os torna imanescentes e eternos, excluindo de sua análise a transformação e o movimento. Desta diferença entre o materialismo histórico marxiano e a racionalidade científica moderna decorre o fato de que Marx opera com determinações, e não definições. Enquanto as últimas são um reflexo de uma teoria estática e fechada, sem a possibilidade de se transformar de acordo com

as mutações das condições materiais que pretende analisar, as primeiras são resultado da incorporação das diversas relações e dimensões do objeto, sendo abertas à mudança (Netto, 2011).

É importante observar que, nesta perspectiva materialista histórica o que está posto é uma primazia do fazer em relação ao pensar, da materialidade em relação à consciência (Germer, 2003). Disto, porém, não se deve depreender que os sujeitos possuem um papel passivo em relação à história e às práticas materiais. Pelo contrário, são os indivíduos, inseridos em suas relações sociais, que produzem e reproduzem sua sociabilidade e sua realidade enquanto sujeitos (Konder, 2007). Assim, o que se tem é que o indivíduo isolado não é capaz de influenciar as relações e determinações sociais com que se defronta e que o condicionam. No entanto, o indivíduo entendido enquanto ser social é justamente aquele que produz a história e a sociedade (Germer, 2003). Estas duas instâncias – indivíduo e sociedade ou indivíduo e história– devem ser entendidas dialeticamente em uma relação de condicionamento mútuo, se determinando reciprocamente.

Observa-se, portanto, que não há, em Marx, o dualismo indivíduo-sociedade ou sujeito-objeto presente na racionalidade científica moderna. Isto porque, para o autor, estas categorias se determinam reciprocamente, ou seja, tanto o sujeito produz a realidade em sua prática social e histórica, quanto é por ela produzido de acordo com as determinações sociohistóricas existentes. Assim, ainda que a existência determine a consciência, as ideias presentes nesta última se materializam na superestrutura, num movimento de realimentação das relações sociais da base econômica que as engendraram em primeira instância (Malta; Castelo, 2012).

Ademais, na perspectiva marxiana, a relação do sujeito com o objeto do conhecimento não é de mera observação, descrição e classificação, como é postulado pela racionalidade científica moderna. A reprodução da realidade no plano do pensamento não consiste num reflexo mecânico da mesma, mas sim numa atividade crítica e ativa do sujeito (Netto, 2011). Percebe-se, assim, que não há, sob esse ponto de vista, nenhuma pretensão de neutralidade científica, apontando-se, mais uma vez, para um ponto de divergência entre a concepção marxiana de ciência e a racionalidade científica moderna. Esta última tem a neutralidade científica como um valor fundamental, como se não houvesse na atividade de pesquisa e investigação nenhum condicionamento social e, portanto, nenhuma perspectiva ideológica. Marx, pelo contrário, reconhece a existência da ideologia e dos condicionamentos sociohistóricos do pesquisador ao considerar a determinação mútua e a unidade dialética entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível.

A objetividade do conhecimento, então, existe no método de Marx não através de uma postura supostamente neutra do pesquisador⁸ ou de uma separação entre sujeito e objeto, mas provém do fato de que a teoria possui na prática social e histórica uma instância de verificação de sua verdade (Netto, 2011). Deve-se ressaltar que a prática não é concebida por Marx no sentido apenas de prática científica, isto é, dos experimentos ou da observação de fenômenos específicos para fins de pesquisa. Pelo contrário, Marx se refere à prática principalmente como a atividade de produção e reprodução da vida material por parte dos indivíduos,

⁸ É importante observar que, na concepção marxiana, objetividade não implica neutralidade – como ocorre na racionalidade científica moderna.

inseridos em relações sociais e historicamente determinados. É a prática neste último sentido que serve como ponto de partida e chegada do conhecimento, sob a perspectiva de Marx (Germer, 2003).

Desta forma, deve-se compreender as ações individuais dentro dos limites das relações sociais inseridas no modo de produção capitalista, isto é, dentro de seus condicionantes sociais e históricos. Enquanto a ciência moderna tem como traço fundamental a crença na possibilidade de transformação da realidade através das ações individuais autônomas – compreendendo aqui o indivíduo como ser fundamentalmente não social –, em Marx apenas o indivíduo pensado como ser social é capaz de modificar as condições materiais de existência. Mais ainda, esta mudança se opera através da prática social e histórica, e não da vontade ou do pensamento.

Além disso, o fato de que as relações sociais e a atividade material humana estão inseridas em um processo histórico que é fundamentalmente dinâmico e aberto faz com que estas sejam transitórias e mutáveis (Netto, 2011). Assim, as características da sociedade burguesa moderna não devem ser pensadas como características intrínsecas da natureza humana – como fazem os economistas clássicos e neoclássicos – mas sim como atributos produzidos e reproduzidos dentro de um modo específico de produção e pelas relações sociais a este associadas (Germer, 2003).

Esta operação de naturalização das condições sociohistóricas do capitalismo é feita pelo individualismo metodológico, base fundamental da racionalidade científica moderna. Com isto, tem-se que a racionalidade do capitalismo, cuja base reside no individualismo, também seria eterna e imutável, chegando-se à conclusão de que a ordem social capitalista é aquela compatível com a natureza humana. Marx, em contraposição, afirma não somente a dimensão histórica das relações sociais capitalistas, mas também o caráter marcadamente social dos indivíduos. Não apenas as características dos indivíduos inseridos no modo de produção capitalista não são imanescentes e imutáveis, como também não são preexistentes à sociedade.

Assim, a ideia subjacente ao individualismo metodológico de que o indivíduo precede o social é ilusória tanto no que diz respeito às formas sociais anteriores pré-capitalistas – quanto mais antigas as formas sociais mais dependentes da sociedade eram os indivíduos, sendo a própria noção de indivíduo algo característico da modernidade – como no que concerne ao próprio capitalismo, na qual as relações sociais alcançaram um alto nível de desenvolvimento, aprofundando o condicionamento social dos indivíduos. Por isso, o conhecimento deve ter como pressuposto não indivíduos isolados, mas sim indivíduos produzindo em sociedade (Corazza, 2003).

Ademais, a noção da economia política como uma teoria social, posto que é constituída por relações sociais, vai de encontro à tentativa de transformar a ciência econômica em uma ciência análoga à física. A compreensão da estrutura econômica enquanto algo constituído pelas interações entre os indivíduos em um determinado contexto histórico e social se contrapõe à concepção da economia como algo exato, eterno e imutável, tendo em primeiro plano a abertura, dinamicidade, transitoriedade e mutabilidade desta estrutura – posto que se baseia em relações sociais igualmente transitórias, dinâmicas e mutáveis, uma vez que são

históricas, e não exatas ou naturais. Justamente por isso, a linguagem matemática não dá conta de traduzir completamente o objeto econômico, pois não suporta a complexidade, contraditoriedade e dinamicidade do mesmo.

Esta concepção da realidade como “um todo social e histórico, complexo e contraditório” (Corazza, 2003, p. 44) reflete a visão da materialidade enquanto totalidade, subjacente à lógica dialética de Marx. Segundo esta, só é possível compreender os diversos elementos de um todo através do exame de suas múltiplas relações e determinações dentro da totalidade. A totalidade, deve-se sublinhar, não se resume a mera soma de seus elementos, pois estes assumem novas características dentro de sua articulação uns com os outros no interior do todo (Konder, 2007). Desta forma, pode-se observar uma diferença fundamental da teoria marxiana em relação ao mecanicismo característico da racionalidade científica moderna, que enxerga a realidade como *locus* de relações funcionais, em que seus diversos elementos se encadeiam coerentemente segundo relações de causa e efeito. Marx, contrariamente, afirma que as determinações entre os elementos da realidade são recíprocas, não havendo uma causalidade unívoca.

Deve-se ressaltar neste ponto, que, ainda que seja possível, para Marx, apreender a realidade através do pensamento e dos movimentos de totalização, não é possível esgotar a realidade de determinada totalidade no processo de conhecimento. Isto porque, além de ser mutante e dinâmica, a realidade é sempre mais complexa do que o conhecimento que se tem dela. Por isso, a totalidade nada mais é do que o momento de um processo de totalização infindo, não podendo ser fixa ou estática. Esta concepção vai de encontro à noção da racionalidade científica moderna segundo a qual seria possível ter um conhecimento acabado e fechado da realidade. Marx, em contraposição, vê a realidade e o conhecimento que se pode depreender da mesma de maneira fluida, em que deve-se considerar a realidade enquanto momento de um processo histórico. Assim, afirma que a materialidade está em constante processo de mudança, de devir, fato que deve se refletir no pensamento acerca da mesma.

O constante devir da totalidade, por sua vez, provém da luta de contraditórios que se opera incessantemente em seu interior. Diferentemente da lógica formal, em que a contradição é uma falha do pensamento, uma falta de coerência dos pressupostos em relação à conclusão de determinado raciocínio (Lefebvre, 1991), a lógica dialética reconhece a contradição como momento essencial da realidade e do conhecimento, postulando a unidade dos contrários, e, assim, acabando com o dualismo sujeito/objeto, indivíduo/sociedade⁹ proveniente da perspectiva formalista.

Como já visto anteriormente, na lógica formal há uma preocupação com a forma em detrimento do conteúdo, reduzindo o último de maneira a se adequar à primeira (Lefebvre, 1991). Esta operação faz com que

⁹ É importante ressaltar que a lógica formal deve ser compreendida não como absurdo ou erro, mas sim como um momento da lógica dialética. Afinal, o pensamento, mesmo em seu movimento, em sua apreensão de um conteúdo também mutável, deve permanecer coerente. Mesmo – e sobretudo – diante das contradições do conteúdo a coerência deve ser mantida, sendo as contradições admitidas somente quando conscientes e refletidas, sob o risco de relegar o pensamento a um conteúdo informe caso contrário (Lefebvre, 1991).

o real seja concebido como algo externo ao sujeito cognoscente, incorrendo no dualismo sujeito/objeto, que tem grande expressão na racionalidade científica moderna. O que resulta é uma ciência fechada, cindida com a realidade, e situada fora da história – isto é, uma ciência em que o objeto do pensamento e o sujeito pensante são instâncias incomunicáveis. Mais ainda, a primazia dada ao método faz com que o objeto do conhecimento tenha que ser alijado em diversos de seus aspectos para poder ser compreendido por determinado método pré-estabelecido.

Já a lógica dialética postula que a contradição é fundante, tanto no âmbito do pensamento como também – e principalmente – no âmbito da realidade, da qual é uma propriedade imanente. Isto porque, em muitos de seus aspectos, a realidade não se apresenta de maneira coerente e positiva. Ademais, as distintas realidades em suas conexões dentro de uma totalidade formam unidades contraditórias, sendo a contradição o “princípio básico do movimento pelo qual os seres existem” (Konder, 2007, p. 49), isto é, do devir. O movimento que provém da contradição pode ser expresso na tríade tese-antítese-síntese, sendo a última categoria aquela que contém dentro de si a oposição das outras duas categorias, mas combinadas numa unidade, de forma a, ao mesmo tempo, eliminar e preservar a diferença entre tese e antítese. Esta é justamente a ideia de superação dialética, que implica, simultaneamente, “a negação de determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (Konder, 2007, p. 26)¹⁰.

Neste sentido, pode-se depreender da dialética de Marx mais um ponto de divergência em relação à racionalidade científica moderna. Esta última, sendo baseada na lógica formal, não admite terceiros princípios ou sínteses. A teoria marxiana, por sua vez, enxerga o movimento da realidade e do pensamento através de sínteses – que permitem justamente a superação dos diversos dualismos presentes no pensamento moderno. Ademais, as sínteses são expressão da inclusão da contraditoriedade no pensamento de Marx – contradições estas que são concebidas, como já mencionado, enquanto um aspecto inerente à realidade.

Além disso, sob o ponto de vista dialético, para compreender os fenômenos reais deve-se observar a conexão com aquilo que não são – seu aspecto negativo – e para tal é necessário ir além de seu aspecto imediato, isto é, de sua aparência (Konder, 2007; Gianotti, 1983). Não que esta dimensão seja irrelevante na compreensão dos fenômenos. Pelo contrário, a aparência é parte constituinte e relevante da realidade, mas, ao mesmo tempo em que revela alguns aspectos da mesma, também esconde e escamoteia outros. Por isso, deve-se ultrapassar o que está imediatamente dado, compreendendo-se os fenômenos como uma unidade contraditória entre aparência e essência (Konder, 2007). Nas palavras de Marx (1984b): “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (p. 271).

¹⁰ Konder (2007) dá como exemplo, no âmbito da realidade, da superação dialética, o processo de trabalho. Neste, a matéria prima é negada durante o processo de produção – na medida em que perde algumas de suas propriedades – ao mesmo tempo em que é conservada, posto que é parte constituinte do produto final. Este último, por fim, representa uma elevação da matéria prima a um novo estágio, em que seus aspectos positivos e negativos se encontram em uma unidade de contraditórios, elevados a um nível superior.

Observa-se aí mais uma distinção do materialismo histórico dialético em relação à racionalidade científica moderna. Nos critérios de cientificidade propostos por esta última o que se faz relevante é demonstrar “como” os fenômenos acontecem, não sendo, portanto, necessário investigar sua essência, uma vez que a descrição da aparência seguindo relações de causa e efeito da lógica formal é capaz de fornecer a explicação pretendida. Assim, a ciência moderna se limita a descrever os fenômenos em seus aspectos positivos, isto é, em suas relações aparentes, o que reafirma a concepção mecanicista da realidade e do conhecimento característica da racionalidade científica moderna. Deixa-se de lado, portanto, o lado negativo e contraditório dos fenômenos, bem como o entendimento de suas causas últimas, sua essência (Gianotti, 1983). O materialismo histórico dialético de Marx, ao visar a investigação do “por quê” dos fenômenos, vai além de sua aparência, procurando compreendê-los em suas relações complexas e contraditórias dentro do todo, as quais se chega através da superação dialética de seu aspecto aparente – imediato e positivo.

É importante colocar que, para investigar a realidade e chegar a uma totalidade que é síntese de determinações diversas, o conhecimento deve não apenas se iniciar na materialidade – o concreto real –, mas principalmente retornar a ela enquanto concreto pensado. O primeiro momento do conhecimento é aquele que vai do concreto real – caótico e indeterminado – às abstrações mais simples, ao passo que o segundo retorna das abstrações ao concreto, agora determinado, complexo e contraditório.

Aqui, deve-se esclarecer a aceção específica do termo “concreto” em Marx. Ainda que também seja utilizado tanto no sentido de designar a realidade material, independente e objetiva – o concreto real – como a percepção imediata da realidade através dos sentidos – o concreto sensorial –, o termo “concreto”, em Marx, possui um significado específico, qual seja, o de uma totalidade orgânica compreendida e interpretada pelo pensamento (Germer, 2003).

O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. (Marx, 1982, p.14).

A abstração é uma etapa fundamental do processo de conhecimento, uma vez que é através dela que se chega às determinações mais simples a partir das quais se compreende o objeto do conhecimento em uma primeira instância. No entanto, a compreensão do objeto não está completa neste momento, posto que não estão sendo consideradas todas as suas determinações, relações, contradições e complexidades (Germer, 2003). Por isso, não é possível reduzir o processo de conhecimento a esta etapa, como o faz a racionalidade científica moderna.

Esta última finda seu processo de conhecimento no momento da abstração, apreendendo os objetos apenas em alguns de seus aspectos – os mensuráveis, quantificáveis – sem compreendê-los em todas as suas relações e determinações na totalidade. Para Marx, contrariamente, o conhecimento só está completo uma vez que os elementos abstraídos são reinseridos no todo, de forma a serem apreendidos em todas as suas determinações e relações (Corazza, 2003). Assim, são compreendidos de maneira complexa e contraditória, dentro de seu movimento histórico e de seus condicionamentos sociais. Este caminho de volta, de elevação do abstrato ao

concreto é o que Marx denomina de “método cientificamente exato”, pois é aquele que fornece a representação concreta – no sentido de ser refletida, rica em determinações, complexa, unidade de contrários, e percebida em todas as suas relações e articulações – da totalidade investigada.

Por fim, uma vez construído o concreto pensado, isto é, recriada a realidade no plano do pensamento, esta representação deve se voltar novamente para a prática material. Sublinha-se, mais uma vez, que o conhecimento deve dialogar com a prática, tanto no sentido de realimentá-la como para ser por ela contestado e aperfeiçoado (Germer, 2003).

IV – Considerações finais

Este trabalho buscou investigar de que forma a economia construiu-se e desenvolveu-se buscando se assemelhar mais e mais ao ideal de ciência moderno – leia-se: quantitativo, ahistórico, universal, matemático, exato, coerente, neutro e com vistas a um projeto de dominação da natureza e da realidade pelo ser humano. Como expressão mais profunda e radical, dentro da economia, da apropriação da racionalidade científica moderna apresentou-se o marginalismo, tendo como recorte temporal seu momento seminal. Mais ainda, buscou-se apresentar uma alternativa a esta forma de conceber a economia e o conhecimento, qual seja, a formulação teórico-metodológica de Marx, que difere significativa e fundamentalmente daquela expressa na racionalidade científica moderna.

Pensando dialeticamente, o materialismo histórico pode ser visto como uma superação da racionalidade científica moderna. Supera-se os dualismos sujeito/objeto, prática/teoria, quantidade/qualidade, mudança/permanência, lógica/histórica, e muitos outros, pensando a realidade – e também o conhecimento – como uma unidade de contraditórios, cuja luta resulta no movimento da história. Supera-se também a lógica formal e seus princípios como critérios de verdade, incluindo-a como momento incompleto da lógica dialética. No entanto, em alguns aspectos, a superação dá lugar à contraposição. A concepção da economia como uma teoria social, posto que construída através da investigação das relações sociais em um modo de produção específico, vai de encontro à noção de economia como uma ciência exata, espelho da física, já presente em alguns aspectos da economia política clássica e aprofundada pelos marginalistas. Do mesmo modo, a análise da sociedade capitalista a partir do ponto de vista da totalidade e o entendimento do indivíduo como um ser profundamente social se contrapõem ao individualismo metodológico que embasa a ciência moderna.

Finalmente, deve-se ressaltar a perspectiva crítica que Marx imprime à sua análise do modo de produção capitalista, revelando a alienação e o fetiche presente nesta sociedade, bem como postulando a exploração da força de trabalho e a instituição da propriedade privada não como fatos naturais, mas sim como resultados de processos históricos – mutáveis e transitórios. Desta forma, há tanto uma denúncia das contradições existentes no interior da sociedade capitalista, quanto a afirmação de que as condições materiais de existência são mutáveis e passíveis de transformação.

Não é de se espantar, portanto, que a teoria marxista, profundamente revolucionária, tenha sido criticada e marginalizada pelo *status quo*. Este prefere, obviamente, o conhecimento produzido pela racionalidade científica moderna¹¹, que dá justificativas exatas, quantitativas e racionais – isto é, nos termos desta própria racionalidade, científicas – para os fenômenos sociais do capitalismo, como a desigualdade social, que são, desta forma, naturalizados como propriedades iminentes da sociedade e dos indivíduos. Reitera-se assim a ideia de que não é possível uma mudança do quadro social, favorecendo-se, portanto, as camadas mais ricas da população que, não por acaso, são justamente aquelas que mais se dedicam ao trabalho intelectual¹².

Assim, o que acabou por predominar, dentro da economia, é a visão de mundo e de ciência do marginalismo. Houve, ao longo do tempo, um aprofundamento desta tentativa de aproximar a economia das ciências exatas e positivas - principalmente na ortodoxia, mas também na heterodoxia. Ainda hoje, o marginalismo é o *mainstream* da ciência econômica e as explicações científicas para o funcionamento da sociedade capitalista sobrepujaram a crítica da mesma. Diante deste quadro, o estudo do método e das ideias de Marx ainda se fazem importantes, pertinentes e relevantes. A compreensão da economia enquanto uma ciência social, a importância da dimensão histórica dos fenômenos, a necessidade de tratá-los segundo aspectos que transcendem sua acepção matemática e imediata, e o reconhecimento da contradição como elemento fundante da realidade e do pensamento se fazem hoje ainda mais necessários.

Somente desta forma é possível recuperar uma visão da economia que se proponha não somente a observar e descrever os fenômenos, mas sim a criticá-los, estabelecendo uma relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível que não se caracteriza pela separação, mas sim pela determinação mútua, em que o sistema econômico não seja visto tão somente como um *locus* de relações causais e funcionais, mas ponto de partida para questionamentos filosóficos, políticos e sociais.

¹¹ Como Löwy (1998) aponta, a visão social de mundo de uma classe diz respeito não somente aos interesses materiais, mas também a toda uma situação social. Assim, é possível que cientistas representem ideologicamente uma classe sem necessariamente serem movidos por um interesse econômico direto.

¹² Aqui deve-se ressaltar que, ao contrário do que muitas vezes é afirmado, são as relações materiais de dominação que precedem as ideias que as justificam. A divisão do trabalho e a instituição da propriedade privada resultaram na cisão entre a prática material e a prática intelectual. Isto porque a exploração do trabalho alheio faz com que a classe trabalhadora produza os valores necessários para a reprodução da sua própria vida e também da classe proprietária. Com isso, parte desta última pode se preocupar apenas com a produção de ideias. Desta forma, a classe que possui o poder material acaba por possuir também o poder intelectual, produzindo ideias que refletem sua posição de dominação (Germer, 2003).

Bibliografia

Bartholo, R. S. **Os Labirintos do Silêncio**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

Bianchi, A. M. **A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo: Hucitec, 1987.

Corazza, G. O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx. In: _____ (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 43 – 60.

Deane, P. A revolução marginal e o triunfo neoclássico. **A evolução das ideias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. (Série Manuais de Economia Cambridge).

Dobb, M. La Revolución Jevoniana. **Teorias del valor y de la distribución desde Adam Smith**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1975 (1973).

Ganem, A. Demonstrar a ordem racional do mercado: considerações em torno de um projeto impossível. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 2, abril/junho, 1996.

Ganem, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek: uma perspectiva crítico-filosófica. In: Freitas, F.; Ganem, A.; Malta, M. M. (Org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 125 – 146.

Ganem, A. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: Corazza, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 117 - 132.

Germer, C. M. A relação abstrato/concreto no método de economia política. In: Corazza, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 61 – 92.

Gianotti, J. A. Marx e a filosofia. In: Konder, L.; Cerqueira Filho, G.; Figueiredo, E. L. (Org.). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Japiassu, H. **A revolução científica moderna**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1984.

Japiassu, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

Kohan, N. **El Capital: historia y método – una introducción**. Buenos Aires: Universidad Popular de las Madres de Plaza de Mayo, 2003.

Konder, L. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

Lefebvre, H. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Löwy, M. **As aventuras de Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

Luz, M. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Maria, M. M. ; Castelo, R. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. In: Freitas, F.; Ganem, A; Malta, M. M. (Org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 85 – 100.

Marshall, A. **Princípios de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Marx, K. (1859). **Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Pensadores).

Marx, K. (1873). **O Capital: crítica da economia política,** Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. (Coleção Os Pensadores).

Marx, K. (1894). **O Capital: crítica da economia política,** Tomo III. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. (Coleção Os Pensadores).

Netto, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Prado, E. F. S. A abstração mercantil e a teoria neoclássica. **Economia, Complexidade e Dialética.** São Paulo: Plêiade, 2009, p. 79 – 104.

Prado, E. F. S. A constelação pós-walrasiana. **Revista de Economia Política,** v. 14, n. 4, outubro/dezembro, 1994, p. 110-117.

Valentin, A. A economia positiva: considerações sobre o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico. In: Corazza, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 133 – 152.

Walras, L. **Compêndio dos Elementos de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.